

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CÂMPUS CIDADE DE GOIÁS

ÉRIKA MUNIQUE DE OLIVEIRA

**VILA MUTIRÃO: ENTRE OS DISCURSOS DE INCLUSÃO E AS
PRÁTICAS SEGREGADORAS NO ESPAÇO URBANO DE GOIÂNIA**

GOIÁS-GO

2014

ÉRIKA MUNIQUE DE OLIVEIRA

**VILA MUTIRÃO: ENTRE OS DISCURSOS DE INCLUSÃO E AS
PRÁTICAS SEGREGADORAS NO ESPAÇO URBANO DE GOIÂNIA**

Monografia apresentada ao curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cidade de Goiás-GO, como um dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Orientador: Dr. Marcelo de Mello

GOIÁS-GO

2014

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CÂMPUS CIDADE DE GOIÁS
CURSO DE GEOGRAFIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

No mês de Novembro de 2014, na Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Cidade de Goiás, a aluna Érika Munique de Oliveira defendeu a monografia de final de curso intitulada: Vila Mutirão: Entre os Discursos de Inclusão e as Práticas Segregadoras no Espaço Urbano de Goiânia.

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Marcelo de Mello- Orientador

Professor Dr. Leandro Oliveira Lima – Membro

Professor Dr. Vinícius Polzin Druciaki – Membro

*Dedico este trabalho a Deus, pela sabedoria
concedida para realização desta obra, e á
meus avós minha grande inspiração.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela sabedoria e oportunidade de realizar um curso superior. Pelas bênçãos recebidas neste ano, que graças a meu bondoso pai, me concedeu a saúde para que eu pudesse continuar lutando pelos meus sonhos e não desistir.

Aos meus avós, pelo amor e acolhimento durante todos estes anos, por ter sido mãe e pai durante toda minha vida.

A minha mãe que apesar de estar longe, tem me dado a vida.

Ao meu irmão Carlos Eduardo, pelo auxílio nas pesquisas de campo, por ter me acompanhado durante a realização deste trabalho em Goiânia.

Aos meus professores, por ter compartilhado conosco o conhecimento, em particular ao meu Orientador Dr. Marcelo de Mello, pela confiança e oportunidade concedida na iniciação científica, o que me proporcionou dedicação exclusiva nesta graduação, pela paciência, e não ter medido esforços para me orientar durante toda essa pesquisa. Ao meu Coorientador Dr. Leandro, pela ajuda com as Bibliografias.

Ao meu namorado Cristiano Modesto, pela compreensão e auxílio financeiro durante a realização desta pesquisa.

Aos meus amigos (as) da Universidade, obrigada por cada momento compartilhado, em especial a Maria de Fátima pelo acolhimento em sua casa quando necessário, para o Estágio e trabalhos em grupos.

O meu mais profundo obrigado a todos meus Professores, Orientadores, Amigos, Familiares que colaboram para meu crescimento intelectual.

*"As cidades são como estrelas, é preciso amá-las
para entendê-las"*

Flávio Villaça

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo, analisar o processo de construção da Vila Mutirão a partir da segregação residencial no bairro. A segregação residencial manifestada no setor, tem sido resultado de políticas habitacionais implantadas pelo Estado na década de 1980. Para compreender a natureza política da segregação residencial, buscamos entender a produção do espaço urbano no capitalismo juntamente com o Estado, como ator principal na constituição de processos segregadores, e como resultado, os conflitos socioespaciais. Em seguida buscamos investigar como a segregação residencial repercute na cidade capitalista, a partir de referenciais teóricos. Realizamos pesquisas de campo com vistas, diagnosticar e apontar os elementos que qualificam a segregação residencial, e por fim, evidenciamos como a segregação está presente em Goiânia, em particular no seu espaço intra-urbano, a partir dos problemas elencados pelos moradores da Vila Mutirão no presente ano.

PALAVRAS - CHAVE: Espaço Urbano, Segregação Residencial, Goiânia, Vila Mutirão.

ABSTRACT

This research aims to analyze the process of construction of the Village Effort from the residential segregation in the neighborhood. Residential segregation manifested in the industry, has been the result of housing policies implemented by the state in the 1980s to understand the political nature of residential segregation, we seek to understand the production of urban space in capitalism along with the state as the principal actor in the formation of secreting processes, and as a result, the socio-spatial conflicts. Then we seek to investigate how residential segregation affects the capitalist city, from theoretical frameworks. We conducted field research with a view, diagnose and pinpoint the elements that qualify residential segregation, and finally, we noted how segregation is present in Goiania, in particular in intra-urban space, from the problems listed by the residents of the Village Effort this year.

KEYWORDS: Urban space, Residential Segregation, Goiânia, Vila Mutirão.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1 Localização da Região Noroeste de Goiânia	33
MAPA 2 Localização do Bairro Vila Mutirão Município de Goiânia-GO	38
GRÁFICO 1 Tempo de Residência	40
GRÁFICO 2 Situação da Moradia	40
GRÁFICO 3 Faixa Etária da População Pesquisada na Vila Mutirão.....	40
GRÁFICO 4: Naturalidade da População da Vila Mutirão	41
GRÁFICO 5: Renda Mensal das famílias na Vila Mutirão.....	42
GRÁFICO 6: Nível de Escolaridade das famílias na Vila Mutirão.....	42
MOSAICO 01 Vila Mutirão – Avenida do povo e a Praça	43
GRÁFICO 7: Opções de lazer para as famílias na Vila Mutirão.....	44
GRÁFICO 8: Oferecimento de emprego aos moradores na Vila Mutirão.....	44
MOSAICO 2 Vila Mutirão em dois momentos: 1983 e 2014	49
FOTO 3 Casa em reforma na Vila Mutirão do Senhor Ederson	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População e Serviços Públicos por Regiões em Goiânia.....	36
Tabela 2 - Problemas de infra-estrutura detectados pela população da Vila Mutirão.....	47
Tabela 3 - Motivo de escolha da Vila Mutirão para morar, segundo moradores.....	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 A PRODUÇÃO / REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: REFLEXÕES A PARTIR DA CIDADE.....	14
1.1 Estado e a Produção do espaço urbano no capitalismo.....	17
1.2 Produção do Espaço Urbano (processo produtivo e capital)	19
1.3 Conflitos na reprodução do Espaço Urbano (a vida e suas outras relações)	24
2 A SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL E OS CONFLITOS SOCIOESPACIAIS EM GOIÂNIA	27
2.1 A segregação residencial: algumas contribuições teóricas.....	27
2.2 Estado e Mercado Imobiliário na valorização do solo urbano de Goiânia.....	31
2.3 A segregação residencial na região noroeste de Goiânia.....	33
3 A VILA MUTIRÃO E A SEGREGAÇÃO NO ESPAÇO URBANO DE GOIÂNIA....	38
3.1 A construção da Vila Mutirão e os movimentos sociais de luta pela terra urbana.....	45
3.2 Principais problemas enfrentados na Vila Mutirão.....	46
3.3 Perspectivas dos moradores em relação a Vila Mutirão.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS.....	54
APÊNDICES.....	56

INTRODUÇÃO

Goiânia foi inaugurada em 1942, para redefinir relações de um estado caracterizado pela oligarquia agrária. Ela foi pensada, para possibilitar a superação dos valores tradicionais responsabilizados por manter a população goiana sob o domínio de coronéis.

A nova capital proporcionaria uma nova vida a um povo oprimido e subjugado. Uma nova relação entre o homem e o mundo era defendida pelos representantes do movimento “revolucionário” de 1930. O Estado de Goiás passaria por um processo de modernização, viabilizando a aproximação dos goianos das virtudes presente no sudeste do país.

A grande preocupação era garantir uma ordem necessária a uma nova lógica produtiva. Assim, o sítio urbano original da nova sede administrativa de Goiás foi delimitado e desenhado seguindo padrões definidos. Contudo, a cidade foi expandida. O êxodo rural, promovido pelo processo de mecanização da agricultura, conduziu milhares de pessoas para Goiânia. Os discursos modernizadores produziram, na década de 1980, um estado preponderantemente urbano.

Com o conseqüente aumento da população, iniciam as disputas espaciais entre “ricos e pobres”. Neste sentido, o Governo Estadual, na década de 1980, implantou conjuntos habitacionais para conter os movimentos sociais que ocorriam de forma “irregular” na capital goiana.

Neste contexto surge a Vila Mutirão. A realidade manifestada pela lógica produtora da Vila Mutirão, localizada na região noroeste da capital, indicou uma ação segregadora.

Construída a partir de um mutirão que ergueu mil casas num único dia, a Vila Mutirão, no contexto de seus moradores, não representou o fim dos problemas habitacionais, muito pelo contrário; pois problemas de ordem socioeconômica foram intensificados em função da ausência de equipamentos públicos no setor. O fato é que esse problema ainda repercute nos dias atuais.

A implantação de políticas habitacionais como na Vila Mutirão, atendeu primordialmente os interesses do Estado, comprometido com o capital imobiliário, que segregou a população pobre, carente por um local para morar, a partir da construção de habitações precárias e distantes dos serviços e equipamentos fundamentais a reprodução da vida, enquanto as áreas centrais mais valorizadas serviam à reprodução do capital para os incorporadores capitalistas.

O presente estudo tem como objetivo discutir o processo de construção da Vila Mutirão, a partir de uma ação política segregadora. Consideramos o Estado um agente político associado aos grupos hegemônicos que visam apropriar das melhores localizações para o desenvolvimento das atividades produtivas, o que explica a origem dos conflitos espaciais entre as camadas sociais.

Nesse sentido, discutimos no primeiro capítulo o papel do Estado como um dos agentes responsável pela produção do espaço urbano, considerando sua atuação frente aos interesses do sistema econômico vigente. Em seguida, avaliamos como se processa a reprodução do espaço urbano no processo produtivo, tendo como base os interesses dos agentes hegemônicos. Em consequência das vantagens dos agentes privilegiados, temos os conflitos na reprodução do espaço urbano, um de seus exemplos, é a disputa pelo solo urbano na cidade, como evento contraditório entre as classes sociais. Neste quesito, elencamos como esses conflitos ocorrem na cidade, a partir da segregação residencial reproduzida na cidade.

No segundo capítulo, recorremos ao referencial teórico para explicar o conceito de segregação residencial e como pode ser qualificada na cidade; bem como discutimos a forma de valorização do espaço urbano de Goiânia, tendo em vista a ação conjunta entre o Estado e o Capital Imobiliário. Dessa forma, colocamos em discussão um dos exemplos da segregação residencial em Goiânia, a região noroeste da Capital.

No terceiro capítulo, como resultado das discussões anteriores, situamos nosso foco de estudo na Vila Mutirão, ressaltando o processo de segregação residencial na região noroeste de Goiânia, a partir da realidade do setor nos dias atuais: principais problemas da população em relação à infra-estrutura local, e o posicionamento da população diante de tais problemas.

Neste estudo, constatamos a segregação residencial a partir dos problemas detectados pela população no setor, vinculado ao descaso dos gestores públicos ao longo de 31 anos após a construção do bairro, em levar equipamentos públicos necessários à população no setor.

1 A PRODUÇÃO/ REPRODUÇÃO DO ESPAÇO: REFLEXÕES A PARTIR DA CIDADE

A teoria espacial tem sido muito discutida com o propósito de entender a reprodução das relações sociais, tanto na perspectiva dos movimentos coletivos, quanto nas ações individuais. Um dos espaços privilegiados nos estudos pautados na teoria espacial é o urbano. Corrêa (2000), colabora com as investigações relativas ao espaço urbano, afirmando: “eis o que é espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas”. Nessa investigação, iremos abordar a participação do Estado e do modo de produção capitalista na produção do espaço urbano e, por último, os conflitos socioespaciais ocasionados pela falta de equidade social nas relações produtivas que influenciam na produção do espaço urbano para entender a dinâmica da cidade, nos conflitos produzidos.

A afirmação de Corrêa é evidenciada quando consideramos a organização e a distribuição das atividades produtivas, bem como a divisão social/territorial do trabalho e a distinção entre classes sociais. Estes “fatores” redefinem o espaço urbano em seu processo de reprodução ininterrupta. Nesse contexto, complexos sistemas de objetos e ações¹são reproduzidos no interior do modelo de produção capitalista. Corrêa (2000, p.7), segue contribuindo com o entendimento do espaço urbano:

O espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano.

¹ Como esclarece Santos (2006) em sua teoria espacial, sistemas de objetos e sistemas de ações são interpretados por ele, como uma rede sistemática que em conjunto efetuam um objetivo. Sistema de Objeto traduz o movimento das coisas. O objeto é algo repertório que em movimento é dominado, manipulado, sendo substituído de acordo com ritmo e necessidade do processo produtivo. Nessa definição ele coloca como exemplo o automóvel, objeto de manipulação humana estimado no seu significado cotidiano. Sistema de ações é um processo que inclui propósitos ligado á necessidades alheias. O homem é o sujeito da ação “[...] Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, é que conduzem os homens a agir e levam a funções. Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos” (p.53).

O espaço urbano é produto de uma diversidade de ações organizadas que territorializam equipamentos e serviços a serem desigualmente distribuídos. A produção do espaço urbano é pautada no acesso e na restrição de direitos e deveres inerentes à vida nas cidades. O entendimento da natureza política desta desigualdade é fundamental para os que almejam desvelar as formas e os conteúdos presentes nas ações sociais e nos processos espaciais responsáveis pela produção do espaço urbano.

Devemos ressaltar que as relações sociais são marcadas pela diversidade de interesses no processo de reprodução do espaço habitado pela vida humana. Os interesses distintos são grafados no espaço urbano, revelando as contradições inerentes a uma sociedade segmentada e desigual. Tal contradição avança por todas as culturas e classes sociais e é resultado da luta por melhores condições de vida na cidade, atrelada aos meios de produção que requerem melhores localizações para sua expansão.

. Gomes (1990, p.8), auxilia na análise das formas de produção social no espaço, afirmando que:

A produção do espaço só é possível via trabalho produtivo/social materializado pela energia do ser humano, como ser social e como indivíduo, agente da produção e da transformação social. Portanto, a produção do espaço envolve homens que trabalham, que produzem os bens sociais que utilizamos em nossa vida diária, e que definem, em cada momento da produção, uma determinada dimensão social que almejamos obter em termos de espaço social e natural de vivência comunitária. Produzir espaço tem dois significados: a) para o capitalista é produção de lucro acumulativo; b) para o trabalhador, em suas múltiplas categorias, é criar uma ambiência condigna de existência material e espiritual.

Na mesma perspectiva, Oliveira (1999), entende o espaço como produto social, na medida em que a sociedade organiza, trabalha e transforma o meio natural, está produzindo o espaço habitado pela vida humana.

Sendo o espaço possível através do trabalho, este processo constrói-se sobre uma base de relações sociais em que uma parcela da sociedade determinará o curso das relações de produção, em função da propriedade que exerce sobre os bens de produção. Naturalmente, isto se torna possível somente através da disposição do trabalho humano. Este é imprescindível, por consistir numas práxis criadoras, não sendo, portanto, passível de substituição pela força motora animal e nem mesmo mecânica. (Idem, p.2)

As considerações teóricas e metodológicas de Gomes (1990) e Oliveira (1999), se aproximam do raciocínio apresentado por Corrêa (2000). Para os geógrafos, o espaço – ou melhor, o espaço das relações, o espaço urbano – é, simultaneamente, articulado e fragmentado no curso de sua reprodução pelo trabalho empreendido pela vida humana.

A estruturação do espaço urbano é seletiva. Ela é ditada pelas demandas do modo de produção capitalista. Isto porque os equipamentos e serviços atendem a interesses econômicos específicos quando se instalam em um local. Desta forma, temos a produção e reprodução de um espaço urbano marcado pela desigualdade, em um contexto caracterizado pela distinção entre classes sociais. Esses pressupostos fizeram com que Corrêa (2000, p.12-31), se preocupasse com a identificação dos agentes responsáveis pela produção do espaço urbano desigualmente produzido, são eles:

- a) Os proprietários dos meios de produção: São proprietários de indústrias, comércios, que necessitam de terrenos grandes e baratos para o desenvolvimento da produção. Suas ações na produção do espaço estão diretamente ligadas, a uma localização específica para o desenvolvimento das atividades;
- b) Os proprietários fundiários: São proprietários de fazendas, seus interesses estão pautados em obter maior renda fundiária de suas propriedades, seja para fins de uso comercial ou residencial. Seu papel na produção do espaço está vinculado na conversão da terra rural em terra urbana, expandindo assim a cidade, à medida que o valor da terra urbana passa a ser maior que a rural;
- c) Os promotores imobiliários: São indivíduos provenientes de vários segmentos. Na produção do espaço estes agentes, atuam na oferta de imóveis na cidade.
- d) O Estado: Seu papel na produção do espaço é identificado através das políticas urbanas implantadas na cidade, como rede de infra-estrutura, obras públicas, elaboração de leis e normas do uso do solo urbano, outra vez pela influência exercida sobre outros agentes sociais, em que o Estado pode vir atuar como promotor imobiliário na construção de casas populares, outras vezes por reservas fundiárias para construção no futuro. Desta forma ele não só está produzindo o espaço, como interfere na dinâmica da ação dos demais agentes que também são produtores do espaço.
- e) Os grupos sociais excluídos: Esses agentes são indivíduos que possuem condições mínimas de sobrevivência, sem renda suficiente para pagar um aluguel, acabam por

ocupar coletivamente terrenos baldios, desocupados próximo ao centro da cidade que, anteriormente, eram privilegiados. Estes agentes também atuam na produção do espaço urbano, ocupando áreas distantes e não urbanizadas na periferia da cidade.

Neste capítulo, destacaremos apenas um destes agentes: O Estado. Este, em conjunto com os interesses do capital incorporador, foi responsável pela produção do espaço urbano de Goiânia, bem como de práticas segregadoras no seu espaço intra-urbano.

A realidade das cidades brasileiras revela a presença destes agentes produtores e modeladores do espaço urbano. Um dos principais agentes responsáveis pelo “ordenamento” urbano é o Estado. Ele é o interventor privilegiado na edificação da cidade. O Estado, aliado do capital incorporador, produz e reproduz espaços de acordo com demandas e interesses dos agentes econômicos hegemonicamente estabelecidos.

1.1 Estado e a Produção do Espaço Urbano no Capitalismo

As diferenças socioeconômicas são produtos da distribuição desigual da propriedade dos meios necessários a produção. Contudo, no capitalismo as diferenças alcançaram níveis de complexidade nunca antes vistos. O modo de produção capitalista não é marcado por uma homogeneização em sua expansão em nível mundial.

No Brasil, o capitalismo manifestou-se tardiamente quando consideramos sua efetiva penetração no território de países europeus, como a Inglaterra, França e Portugal. No processo de consolidação capitalista, a cidade ocupou uma função própria: ela é reflexo e condicionante, do avanço capitalista revelando a busca pelo lucro e pela implantação de uma lógica inovadora na reprodução da injustiça social, nas mais distintas perspectivas.

O Estado como agente modelador privilegiado, tem promovido ações para instrumentalizar as formas de apropriação capitalista do espaço. Ele interfere na reprodução da cidade. Sobre o papel do Estado, Corrêa (2000, p.24) afirma:

[...] o Estado está organizando diretamente o espaço urbano, ao mesmo tempo que interfere, dada a natureza da atividade industrial, no uso da terra, das áreas próximas. As terras públicas são uma reserva fundiária que o Estado dispõe para usos diversos no futuro, inclusive para negociações com outros agentes sociais [...], por outro lado, o Estado torna-se promotor imobiliário.

O Estado teria como função: planejar, elaborar e cumprir as leis urbanas, garantindo a responsabilidade social do solo urbano. Mas ele acaba representando os interesses das grandes corporações, legalizando o processo de apropriação diferencial do solo urbano, com base no interesse dos proprietários fundiários, proprietários dos meios de produção e promotores imobiliários: no curso de suas ações, o Estado promove processos segregadores por meio das normas que ditam o uso do solo urbano². Isto indica o curso de suas ações pautadas no atendimento das necessidades do capital. Sobre essa questão, Corrêa (2000, p.25-26) afirma:

Esta complexa e variada gama de possibilidades de ação do Estado capitalista não se efetiva ao acaso. Nem se processa de modo socialmente neutro, como se o Estado fosse uma instituição que governasse de acordo com uma racionalidade fundamentada nos princípios de equilíbrio social, econômico e espacial, pairando acima das classes sociais e de seus conflitos. Sua ação é marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como das alianças entre eles, tende a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmento da classe dominante que, a cada momento, estão no poder.

Por outro lado, a não participação do Estado contribui para o processo de produção do espaço urbano. Assim, os agentes sociais excluídos são responsáveis pela produção do espaço. Nestes casos, evidenciam-se os loteamentos clandestinos, com pouca infra-estrutura, que, ao organizar seu espaço, seguem aguardando a infra-estrutura por parte do Estado, como asfalto, água tratada, rede elétrica, regulação fundiária etc.

No capitalismo, o espaço urbano é organizado para atender as demandas dos agentes hegemônicos, principalmente no que tange a produção, a circulação e o consumo de bens e serviços, centralizando as atividades no espaço urbano. Sobre a produção do espaço urbano no capitalismo Mondardo (2006, p.4), esclarece:

A produção do espaço urbano é constituída por inúmeros fatores que se processam no modo de produção capitalista. São aqueles que se relacionam e que atribuem singularidades às formas-conteúdos urbanas. São movimentos de pessoas, são movimentos de objetos, são ações e objetos, são relações entre pessoas em movimento, sujeitos que se movimentam para o trabalho, lazer, consumo dentre outros. A produção do espaço urbano é, portanto, composta por um amálgama de relações solidárias e contraditórias entre pessoas e objetos.

² Atualmente, este processo é sustentado por discursos sobre a “necessidade” de parcerias público/privadas.

Nas grandes cidades é possível notar as discrepâncias quanto à distribuição produtiva e social do espaço urbano. O Estado responde à população oprimida, produzindo espaços pela via mutirões habitacionais, que ofuscam os problemas sociais, reduzindo a dimensão dos problemas que afetam a vida dos segregados.

Têm sido frequentes as tentativas dos governos de atuar em programas de autoconstrução [...] a alternativa da autoconstrução é considerada viável pelos poderes públicos, porque é mais barata, já que não se “conta” os custos de mão-de-obra, assumidos pelo trabalhador [...] a autoconstrução reproduz – ao produzir casas em locais sem infra-estrutura (RODRIGUES, 1991, p.33-32).

Rodrigues (1991) faz uso do termo “autoconstrução”, que nos possibilita denominar mutirão habitacional. O futuro morador juntamente com outras pessoas constrói sua habitação com recursos provenientes do Estado. Esta prática, está implícita na produção da Vila Mutirão em Goiânia na década de 1980, como veremos no terceiro capítulo.

O grande problema desses programas é a ausência de infra-estrutura mínima no local onde a moradia é construída. A pavimentação das ruas, iluminação pública, transporte público, entre outros serviços, não atendem essa população imediatamente. A falta destes equipamentos repercute na vida dos moradores. Esta realidade revela a ação imediata do Estado na promoção do controle da população urbana desprovida de um local para morar.

Essa complexidade de relações evidencia a presença gestora do Estado burguês. O processo de organização das formas busca um controle do conteúdo por meio da seleção e do controle dos espaços. Nesse sentido, o espaço urbano redefini o sentido da vida e das forças produtivas no seio das atividades humanas na cidade.

1.2 Produção do Espaço Urbano (processo produtivo e capital)

A produção do espaço urbano se processa de maneira ininterrupta. Isto indica a presença de objetos, fenômenos, pessoas e relações. A expressiva gama de elementos reprodutores do espaço reestrutura a “organização” da vida na cidade. A sociedade, no contexto de sua relação com a natureza, procurou meios para reproduzir sua existência. O espaço por ela habitado passou a ser socialmente produzido, a partir da implantação de objetos necessários à reprodução da vida. Nesse percurso, a sociedade apropriou-se da

natureza pela via trabalho. O trabalho tornou-se uma atividade de domínio da vida humana sobre a natureza. Sobre essa condição que Carlos (1994, p.33-34) elucida:

O trabalho, como atividade do homem, tem um caráter intencional e voluntário, o que implica a transformação do objeto em algo apropriado; o processo produtivo é assim um processo de produção concreta, nascida do trabalho; uma resposta do homem as suas atividades (...) Assim no trabalho, estamos a todo momento articulando a noção de produção aquela de reprodução: a produção está de um lado sendo analisada como momento particular do todo, e de outro analisada através de suas articulações e conexões com o movimento geral. Se o processo de reprodução, por um lado, refere-se ao processo de realização e acumulação do capital, por outro se refere ao desenvolvimento da vida humana.

As colocações de Carlos (1994), indicam como se consolidou o processo de apropriação do lucro via trabalho, bem como ressalta as dicotomias presentes nas relações travadas entre o ser e o poder. Este último é definido pelas condições desiguais de aquisição e transformação de matéria prima em mercadoria.

A própria forma com que a sociedade reproduz sua existência, reflete sua relação com a natureza. Nesta relação, ela produz instrumentos que garantem sua sobrevivência. Contudo, ao longo do tempo, a garantia da sobrevivência deixou de ser a preocupação central das relações centradas no trabalho da sociedade.

Na relação da sociedade com a natureza, mediada pelo trabalho, encontramos uma série de demandas relativas à organização espacial. No processo de consolidação do sistema capitalista de produção, a cidade emergiu como lugar privilegiado para a reprodução do capital. Ela apresentou as condições imprescindíveis para organizar o espaço de acordo com as exigências dos sistemas produtivos, vinculados ao processo de industrialização. Não por acaso, Lefebvre (1991), evidencia o processo de urbanização-industrialização de maneira indissociada.

Neste contexto, devemos considerar as formas de reprodução do espaço urbano. As localizações das indústrias, dos serviços, dos sistemas de transporte e circulação das mercadorias e trabalhadores, estruturam o espaço urbano, subsidiando as atividades econômicas de acordo com as necessidades dos agentes situados de maneira privilegiada nas relações de reprodução do capital.

Em se tratando da reprodução da vida, temos a sociedade, segmentada em grupos sociais, diferenciados pela posição social que ocupam. A sociedade como todo, participa do processo produtivo. As relações são distintas quanto à participação do trabalhador no processo produtivo. A distinção social tem origem na mais valia presente na relação entre o trabalhador e os proprietários dos meios de produção. Marx (1974, p.10), adverte que:

O processo de trabalho, quando ocorre como processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, apresenta dois fenômenos característicos. O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste deles o que for imprescindível à execução do trabalho. Além disso, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor diário da força de trabalho. Sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria, por exemplo, a de um cavalo que alugou por um dia, pertence-lhe durante o dia. Ao comprador pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho apenas cede realmente o valor-de-uso que vendeu, ao ceder seu trabalho. Ao penetrar o trabalhador na oficina do capitalista, pertence a este o valor-de-uso de sua força de trabalho, sua utilização, o trabalho. O capitalista compra a força de trabalho e incorpora o trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, os quais também lhe pertencem. (...) o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumir adicionando-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo pertence-lhe do mesmo modo que o produto do processo de fermentação em sua adega.

Marx (1974), ao inserir o trabalho como mediador do processo produtivo, indica, também, que entre trabalhador e o capitalista há relações desiguais de troca no local de trabalho. No interior destas relações, o trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista. Da mesma forma, esta relação desigual interfere no consumo da mercadoria produzida.

No decorrer do processo de consolidação das desigualdades sociais, o espaço urbano foi se tornando progressivamente mais complexo. O próprio solo urbano, por meio das normas elaboradas para regular as relações que nele são travadas, tornou-se uma das mercadorias que permitem uma expressiva reprodução do capital. Assim, o espaço urbano é edificado e reproduzido como mercadoria.

O processo produtivo, centrado nas relações entre o trabalhador e o proprietário dos meios de produção, direciona a produção do espaço urbano. Isso acontece a partir de planos e zoneamentos legitimados pelo Estado, que determina como o sistema produtivo

estabelece a organização das atividades produtivas. Neste ponto, podemos colocar em pauta a contribuição de Corrêa (2000), ao tratar os processos espaciais:

São os processos espaciais, responsáveis imediatos pela organização espacial complexa que caracteriza a metrópole moderna. Tais processos são postos em ação pelos atores que modelam a organização do espaço, proprietários dos meios de produção, proprietários de terras, empresas imobiliárias e de construção, associadas ou não ao grande capital, e o Estado (...) cada um destes atores tem sua própria estratégia e entre os três primeiros há conflitos que são, em maior ou menor grau resolvidos pelo Estado, simultaneamente ator e árbitro destes conflitos (CORRÊA, 1997, p. 122).

Na composição dos argumentos aqui apresentados, colocamos os mecanismos presentes nos processos espaciais, como fundamentais para o entendimento do espaço urbano e dos conflitos nele manifestados. De acordo com Corrêa. (1997, p.122-139), são processos espaciais:

- I. Centralização: Tratada por ele como área que se estabelece as principais atividades comerciais e de serviços, conhecida também como área central na cidade.
- II. Descentralização: Processo recente se comparada á centralização, aparece como medida e planejamento para diminuição da exacerbação da centralização, tais como dificuldades em cumprir a demanda do sistema econômico.
- III. Coesão: Aglomeração entre os setores varejistas na cidade na condição de gerar conjuntos de atividades espacialmente coesas.
- IV. Segregação: Enquanto os três processos anteriormente citados referem ás atividades industriais, comerciais e de serviços, a segregação é discutida sobretudo, a questão residencial, pautada na organização espacial em locais gerando forte homogeneização e disparidades social.
- V. Invasão- Sucessão: Esse processo é também associado á questão residencial como o anterior. Este aparece como interventor sobre as atividades terciárias e industriais.
- VI. Inércia: Este último é a permanência de localizações e uso do solo urbano em que não obedecem a uma exigência econômica.

Estes elementos presentes nos processos espaciais permitem uma análise coerente no “desenvolvimento” da estrutura urbana nas cidades brasileiras, inclusive em Goiânia. Corrêa (1997), observando a cidade em seu interior, pôde-se perceber como o espaço urbano foi se reestruturando ao longo do tempo. Estas transformações, de certo modo, anunciam a racionalização da ordem e do conflito gerado nas disputas espaciais, principalmente quando tratamos da questão residencial, associando-a ao processo produtivo.

O espaço urbano é, portanto, o local da manifestação da troca de relações. A produção de mercadorias exige a organização espacial voltada para o funcionamento do sistema produtivo: o que envolve pessoas, objetos e obras para execução das atividades e serviços com níveis de complexidade diversos.

Em seu movimento de produção do capital, os sistemas produtivos almejam a organização das tarefas com vistas à produção de um lucro maximizado, por meio da redução dos custos de produção e circulação de mercadorias. É bem verdade que essa tarefa está imersa em um universo de contradições processualmente ampliadas e complexificadas. Harvey (2005, p.130), afirma que:

Sob o capitalismo, a fonte permanente de preocupação envolve a criação das infra-estruturas sociais e físicas que sustentam a circulação do capital. Não significa que interpreto todos esses fenômenos como rigorosamente funcionais em relação à circulação do capital (...) porém, os sistemas legal, financeiro, educacional e da administração pública, além dos sistemas ambientais não- naturais, urbanos e de transportes para mencionar algumas das organizações chave precisarão ser desenvolvidos para sustentar a circulação do capital se for para reproduzir a vida cotidiana efetivamente.

O lucro é um vocábulo produzido e vinculado à linguagem produzida pelo sistema capitalista. Ao considerarmos a história das organizações produtivas pela vida humana, o excedente e o lucro estão atrelados à forma de organização disciplinada do espaço. Harvey (2005), considerou as funcionalidades advindas do capitalismo e evidenciou as atividades cruciais desempenhadas pela cidade, analisada pelo geógrafo como “sistema legal, financeiro, educacional e administrativo”. Para ele, a circulação do capital depende dessas tarefas, bem como elas dependem do capital para seu funcionamento.

Diante da contribuição de Harvey (2005), podemos interpretar o processo de reprodução do capital a partir da cidade de duas formas: como um sistema aberto ao desenvolvimento do consumo e fechado quando consideramos as possibilidades de distribuição de renda nas classes sociais.

O espaço urbano é produzido na realização do processo produtivo. Contudo, nem o mais severo e disciplinado ordenamento espacial impede que a reprodução da vida humana ocorra sem conflito de diversas naturezas. Esta questão nos convida a uma abordagem da reprodução do espaço urbano que evidencie as resistências sociais espacializadas que criam obstáculos ao funcionamento dos sistemas produtivos.

1.3 Conflitos na Reprodução do Espaço Urbano (a vida e suas outras relações)

A reprodução do espaço urbano ocorre por meio de processos marcados pela ação de agentes responsáveis pela sua modelação. Conforme Corrêa (2000), esta é uma organização inerente ao sistema capitalista, que se apropria da morada da sociedade, de seu local de descanso, lazer; bem como de suas práticas culturais no espaço citadino.

A reprodução, nesse aspecto, envolve a separação das partes, ou seja, das áreas residenciais, econômicas e administrativas. Na organização, está implícita uma disciplina para a vida do sujeito social, a partir de usos diferenciados do solo urbano.

A reprodução do espaço urbano acontece a partir da (re)alocação dos objetos, dos serviços e das pessoas que atuam no tempo e no espaço anteriormente produzido. Nesse contexto, há mudanças tanto na geometria urbana quanto no sujeito que passa a fazer parte dela. Tudo se transforma conforme a necessidade sistêmica de alteração das bases, que sustentam a reprodução do capital. Assim, o espaço habitado pela sociedade é transformado de maneira ininterrupta.

As relações materiais estão emersas na natureza da sociedade, em sua constituição, hábitos de vida, afetando e modificando o comportamento na sociedade e no processo de reprodução do espaço: uma reprodução contraditória pautada no seu processo de produção social no espaço urbano. Em verdade, o termo sociedade nos convida a uma sucessão de indagações: a sociedade é capaz de representar a totalidade dos grupos sociais que a compõe? É possível conceber uma “reunião” das partes de maneira harmônica e

equilibrada? Ao considerarmos os grupos sociais estaríamos fragmentando a sociedade? Os conflitos e a heterogenização das ações que privilegiam os grandes capitalistas interpelam os entendimentos fundados em uma sociedade analisada de maneira linear, sem a aceitação das contradições que nela fazem presentes? A existência de grupos sociais indica a presença da diferença: tanto nos aspectos individuais como nos valores culturais coletivamente produzidos?

Em relação aos conflitos, Carlos (1994, p. 95), evidencia outra perspectiva:

As contradições sociais emergem na paisagem, em toda a sua plenitude, pois aqui os contrastes e as desigualdades de renda afloram, já que o acesso a um pedaço de terra, o tamanho, o tipo e material de construção vão espelhar mais nitidamente as diferenciações de classe (...) o acesso á habitação e aos meios de consumo coletivo serão diferenciados na cidade.

Reforçando a idéia de contradição, mais uma vez Carlos contribui (1994, p. 134-135), ao enfatizar o processo de reprodução do espaço.

O espaço não se (re) produz sem conflitos e sem contradições inerentes a uma sociedade de classes. As práticas não se reduzem apenas á produção imediata, dentro da fábrica; é na vida cotidiana, como um todo, que essas contradições se manifestam mais profundamente, nas diferenciações entre os modos de morar, o tempo de locomoção, o acesso á infra-estrutura, ao lazer, á quantidade e tipos de produtos consumidos etc.

Assim, o espaço e a sociedade tornam-se indissociáveis: a distinção espacializada nas condições sociais expõem as razões do conflito. O espaço urbano é o local das diferenças sócio-espaciais. Nele o cidadão, as instituições políticas e os agentes econômicos produzem seus discursos com diversos níveis de materialidade.

Neste contexto, emergem no espaço urbano, bolsões de pobreza e miséria alimentadas pela condição precária do trabalhador assalariado. Para dificultar a percepção desta realidade, programas sociais voltados às famílias carentes proliferam no espaço urbano. Políticas assistencialistas emergem como instrumentos políticos, configurando-se como respostas enganosas que promovem uma afinidade de incertezas no ambiente urbano.

Neste cenário contraditório, o preço do solo urbano segue mantendo sua posição fundamental na reprodução desigual da sociedade de classes. Os conflitos sócio-espaciais revelam como o capitalista se apropriou do espaço e das pessoas para reproduzir e acumular capital. O espaço foi sendo reproduzido e as necessidades humanas, como moradia, lazer e trabalho converteram-se em novas oportunidades para a exploração do capital.

O espaço, à medida que é reproduzido pela sociedade, é transformado em mercadoria, que reflete a diferença entre as classes sociais. O valor atribuído a uma porção de terra no espaço urbano diferencia as classes sociais, uma vez que a distribuição desigual de renda entre grupos sociais é uma condição da diferença no acesso ao solo urbano.

A partir de agora iremos nos ocupar com uma das mais problemáticas situações, no contexto dos problemas urbanos: a questão residencial, ou melhor, a segregação residencial.

2 A SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL E OS CONFLITOS SOCIOESPACIAIS EM GOIÂNIA

A segregação está presente em debates, que devem ser avaliados a partir de conceitos propostos para o entendimento dos processos de “organização” sócio-espacial. A produção do espaço urbano, por exemplo, é uma forma de entender como a segregação é materializada na cidade. Ela é um instrumento do capitalismo desenfreado, marcado por demandas econômicas sobre a sociedade espacializada. Nesta perspectiva, a compreensão dos movimentos sociais na luta por melhores condições de vida na cidade é um instrumento de avaliação da ação do Estado e dos agentes imobiliários na produção do Espaço urbano e da segregação em Goiânia.

Segregação, nesse sentido, é a forma mais concreta de entender como se espacializa o capitalista, bem como outros modos de produção. Esta questão é muito presente na obra de Corrêa (1997), que evidencia os processos espaciais na cidade, como apresentamos no capítulo anterior.

As relações construídas e pautadas na redução dos custos de produção para maximizar os lucros têm reforçado essa compreensão. Neste contexto, os direitos dos cidadãos são colocados em segundo plano, cedendo lugar para conceitos como “qualidade de vida”, sempre associados ao consumo individual ou coletivos de produtos/mercadorias.

Nesta condição, vários são os tipos de segregação. Esse processo tem-se manifestado constantemente na cidade. No presente capítulo a segregação residencial é o elemento privilegiado.

2.1 A segregação residencial: algumas contribuições teóricas

Segregação é um processo de organização espacial, vinculada a capacidade que cada indivíduo tem para se manter numa determinada localização na cidade. Essa organização espacial é visualizada nos bairros residenciais, ou melhor, conjuntos habitacionais, onde a expressão das diferenças sociais é nítida na estrutura da casa. Nesse sentido, é pertinente elucidar uma das manifestações dessa segregação, a residencial.

Discutir a segregação residencial é procurar entender a dinâmica urbana de uma cidade “em seu interior”. Partindo do princípio que morar é algo imanente à humanidade. A

sociedade para sua reprodução necessita de um lugar para cultivar hábitos, se relacionar com o mundo, com as pessoas. Porém, a habitação é uma mercadoria, e possui um valor. Este valor interfere na qualidade da casa, no potencial de infraestrutura e da localização na cidade, e consequentemente no seu acesso. Para entender esse processo, recorreremos algumas bibliografias para melhor abordar essa questão.

Segundo Corrêa (2000), o debate sobre segregação residencial é iniciado nos Estados Unidos, cuja contribuição é proveniente da escola de Chicago, com os teóricos Robert Park e Mackenzie. Para eles, a segregação residencial é “uma concentração de tipos de população dentro de um dado território” (idem, 2000, p. 59).

Para Clark (1991), a segregação residencial é um problema relativo ao crescimento demográfico em disputa com o capital incorporador. As atividades urbanas estariam concentradas nos locais em que o preço do solo é maior e, consequentemente, mais valorizado. Neste cenário, a população “pobre” seria forçada a ocupar locais distante das áreas de serviços.

Souza (2010), oferece uma importante contribuição para o entendimento desta questão, ao evidenciar que o problema da segregação residencial não estaria vinculado somente ao preço do solo. Para o geógrafo, as disparidades de interação social entre classes na produção de preconceitos seria, também, um dos fatores estimulantes desta prática:

A segregação residencial é um resultado de vários fatores, os quais, em si, são altamente problemáticos: da pobreza (e do racismo) ao papel do Estado na criação de disparidades espaciais em matéria de infra-estrutura e no favorecimento dos moradores de elite (principalmente em um país como o Brasil (...)) Melhores condições de habitação, na escala da casa e também na escala do local de moradia em sentido mais amplo, na esteira de investimentos públicos em infra-estrutura técnica e social, em habitação popular, em regularização fundiária etc., devem contribuir para a diminuição dos preconceitos contra os espaços segregados típicos das cidades brasileiras, especialmente no caso das favelas. (SOUZA, 2010, p.83).

Luco e Vignoli³ (2003, p.10), ao realizar um estudo acerca da segregação residencial na América Latina contribuem ao esclarecer que:

³ Segregación residencial en áreas metropolitanas de América Latina: magnitud, características, evolución e implicaciones de política. Impreso em naciones unidas, Chile:2003.

[...] a segregação residencial é tipicamente associada á falta de mistura social em uma determinada área. No entanto, um bairro socialmente homogêneo terá uma segregação nula, porque não há quem separar (ou quem segregar) em seu interior. No entanto, se for modificada escala de análise e considerar o conjunto metropolitano, isso seria altamente segregado (o que segrega) se ali residirem todos os membros de grupo social.

Para Ribeiro (2010), conceituar segregação residencial é um esforço teórico que depende da maneira como avaliamos as relações sociais. Não obstante, coloca:

Podemos identificar duas concepções do conceito de segregação residencial. Primeira concebe a segregação como diferença de localização de um grupo em relação aos outros grupos. Esta é a concepção clássica, cujo fundamento é a explicação ecológica da sociedade. O conceito-chave é o de distância social, que se contrapõe à idéia de mistura considerada como a forma de organização ideal. Nesta concepção, a distância espacial expressa a existência de distâncias sociais entre os grupos existentes na sociedade. Tal fato resultaria da busca dos indivíduos em se agruparem por afinidades raciais, étnicas e por posição social como forma de se resguardarem dos efeitos fragmentadores da personalidade gerados pela aglomeração e da vida na cidade. Neste sentido, a segregação residencial é produto de lógicas individuais, isto é, efeito de suas escolhas. Na segunda concepção, a segregação designa as desigualdades sociais expressas como organização do território da cidade. O espaço urbano contém um conjunto recursos importantes à reprodução das categorias sociais, na forma de bens materiais e simbólicos, mas a sua distribuição reflete as chances desiguais de acesso. O princípio normativo que organiza esta concepção é o da justiça distributiva, já que a disposição dos grupos sociais no território e a distribuição dos equipamentos e serviços na cidade geram uma desigualdade de bem-estar social, em razão das lutas entre as categorias pela apropriação dos recursos materializados na cidade (p.12-13 - grifos nossos).

Torres (2003, p.42-44), por sua vez, apresenta alguns elementos no processo de investigação sobre segregação residencial. Para ele, a segregação residencial pode ser qualificada na cidade, levando em conta os aspectos como geração de pobreza e preconceito social, percebido quando consideramos:

- (a) Má qualidade residencial
- (b) Custos de moradia desproporcionais
- (c) Efeitos de vizinhança
- (d) Distância entre moradia e emprego
- (e) A moradia em situação irregular
- (f) A moradia como fator de geração de renda

Esses quesitos elencados por Torres (2003), expressam a conjuntura das relações sociais materializadas nas condições de sobrevivência sob a ótica da moradia: relações em comunidade, no mercado e, conseqüentemente, na vida social vinculada às políticas públicas nelas empregada.

Em outras palavras, a situação de vulnerabilidades nas cidades é um instrumento de análise da forma de constituição da segregação residencial, representada pela qualidade dos serviços públicos oferecidos nos bairros, bem como a localização geográfica dos segregados, quando analisamos os serviços básicos oferecidos à população. Não podemos deixar de associar o preço do solo à qualidade de vida da população (saneamento básico, escolas, hospitais, bancos, legalização dos lotes).

A segregação residencial é também um problema econômico. “Verifica-se basicamente devido ao diferencial da capacidade que cada grupo social tem de pagar pela residência que ocupa, a qual apresenta características diferentes no que se refere ao tipo e à localização” (CORRÊA, 2000, p. 62).

A segregação residencial, nesse sentido, pode ser conceituada como formas desiguais de uso do solo urbano destinado à habitação. Nesse processo, há dois tipos de segregação residencial: a induzida e a espontânea.

A induzida acontece quando determinada população é de alguma forma segregada, seja pelo preço do imóvel, políticas públicas destinadas à habitação popular; ou por situações de extrema pobreza, marcada pela remoção de áreas irregulares e/ou de risco, dentre outros. Na espontânea, ao contrário, a população se auto-segrega. Geralmente acontece em populações elitizadas, que ocupam locais privilegiados, cujo preço do solo urbano é caro e a localização na cidade é privilegiada: com boa infraestrutura, áreas verdes e segurança.

A segregação residencial induzida promove uma série de disparidades sociais na produção do preconceito. Esta questão é colocada em discussão por Corrêa (2000), e Souza (2010). Enquanto a segregação residencial induzida é considerada um problema, devido à precarização de infraestrutura, pobreza e vários outros malefícios à população e ao embelezamento da cidade; a segregação espontânea é um mecanismo de apropriação do lucro pelos agentes imobiliários, estabelecendo um valor de uso e troca, mediados pela beleza da propriedade, segurança e infra-estrutura, divulgados nos veículos de comunicação.

A questão residencial, como problema econômico, está atrelada a uma reestruturação do capital no espaço urbano. O Estado é um agente privilegiado neste processo, ofertando condições políticas e jurídicas com vistas à legitimação da valorização diferencial do solo urbano, em conjunto com o Capitalista.

2.2 Estado e Mercado Imobiliário na valorização do solo urbano de Goiânia

Para analisar a dinâmica urbana de uma cidade, é necessário recorrer a seu processo de produção espacial ao longo do tempo, principalmente quando evocamos o Estado como agente modelador e reproduzidor do espaço urbano e os agentes capitalistas como mediadores das relações econômicas atreladas à condição sócio-espacial na cidade.

Inserimos Goiânia neste contexto, como cidade planejada marcada por contradições em sua construção e expansão, com vistas à produção da ordem e da disciplina. A nova capital foi anunciada na década de 1930⁴. O Estado de Goiás era dominado por oligarquias sustentadas por uma lógica produtiva fundada na agropecuária de subsistência. A nova capital representaria não só uma reestruturação política para o Estado de Goiás, como também produtiva, através de uma modernização das relações produtivas que deveria inseri-la na economia nacional.

Com a modernização agrícola e a consequente substituição do trabalho humano por maquinário, nos anos de 1950, a cidade ganha um lugar privilegiado nos discursos pautados no oferecimento de serviços e oportunidades de inserção no trabalho. Em Goiânia, esse processo indicou mudanças nas formas de ocupação do solo urbano, em função do crescimento da população e da expansão horizontal da cidade conforme Bernardes e Júnior (2007). Neste cenário, o Estado, frente à crescente urbanização na Capital, resolve não só privilegiar grupos econômicos, como também restringir a socialização entre as camadas de maior poder aquisitivo e a população “pobre”. Gomes (2007, p.35), ao investigar este processo afirma:

⁴ Anunciada na Década de 1930 por Pedro Ludovico Teixeira, a nova capital só foi inaugurada em 1942. Este intervalo de tempo, para materialização da nova capital para Estado de Goiás indica as contradições entre discursos que englobavam oposições políticas para transferência da capital, bem como a localização estratégica para o desenvolvimento produtivo regional e nacional conforme (Silva; Mello, 2013, p.75).

Até 1950 o Estado exercia o monopólio na venda de lotes e consequentemente determinava o ritmo e a direção do crescimento em Goiânia [...] a partir do referido ano a iniciativa privada, assume também a responsabilidade na comercialização dos terrenos e a propriedade privada da terra ganha, então, significado maior na produção de lucro e na acumulação do capital.

Nesse momento, percebe-se que grande parte da responsabilidade do Estado em garantir o acesso ao solo urbano à população é repassada para os agentes imobiliários. A comercialização da terra urbana em Goiânia e os problemas sociais ocasionados por esse problema é refletida em 1970, com a segregação residencial repercutida nas camadas populares de menor poder aquisitivo, formando bolsões de pobreza e situação de extrema desigualdade social. Segundo Gomes (2007):

O solo urbano tomado como mercadoria é uma das variáveis que comporta a expansão urbana que, em Goiânia, ocorreria deixando vazios territoriais para futura valorização [...] Ao se expandir desta maneira, o espaço urbano goianiense caracterizar-se-ia por enormes contradições, tendo de um lado um centro planejado e bem equipado, onde vive uma população abastada detentora do poder econômico e, de outro, uma periferia subequipada e desassistida, fruto da segregação, em que as camadas carentes encontram o lugar para suas moradias.

A “valorização” diferenciada do solo urbano em Goiânia é parte de uma estratégia espacial da maximização do lucro pelos agentes imobiliários, na medida em que é transferida pelo Estado a responsabilidade de distribuição da terra urbana, os agentes imobiliário se apropria do solo urbano para dar continuidade à extração da mais valia.

Como se não bastasse, há também outro objetivo, que é evidenciado por Moysés e Bernardes (2005), em que o Estado e os agentes imobiliários agem em conjunto e acabam por formatar a cidade de acordo com seus respectivos interesses. Isso é observado quando:

Ao privilegiar um dado lugar com infra-estruturas, o Estado reforça a desigualdade social entre as classes e intensifica a produção desigual do espaço [...] agindo desta forma, faz com que os lugares sejam valorizados de maneira distinta, proporcionando uma apropriação também diferencial (GOMES, 2007, p.49).

A respeito do solo urbano e das contradições presentes na organização e no acesso à moradia das camadas populares em Goiânia, Gomes (2007, p.39-40), discorre:

A produção do espaço urbano de Goiânia revela a política discriminatória do Estado, que impede a apropriação do espaço central da capital pelas camadas pobres da população [...] esta política se instaurou já na época de sua fundação, nos idos de 1930. O rigor do plano arquitetônico impedia o usufruto de qualquer ente que estivesse fora das determinações traçadas no papel. Assim, o espaço já nascia segregador.

De acordo com Gomes (2007), o espaço urbano de Goiânia é produto das ações dos três agentes na produção do espaço urbano da Capital. O Estado, juntamente com o mercado imobiliário e a população de baixa renda que modelaram as franjas urbanas da capital goiana.

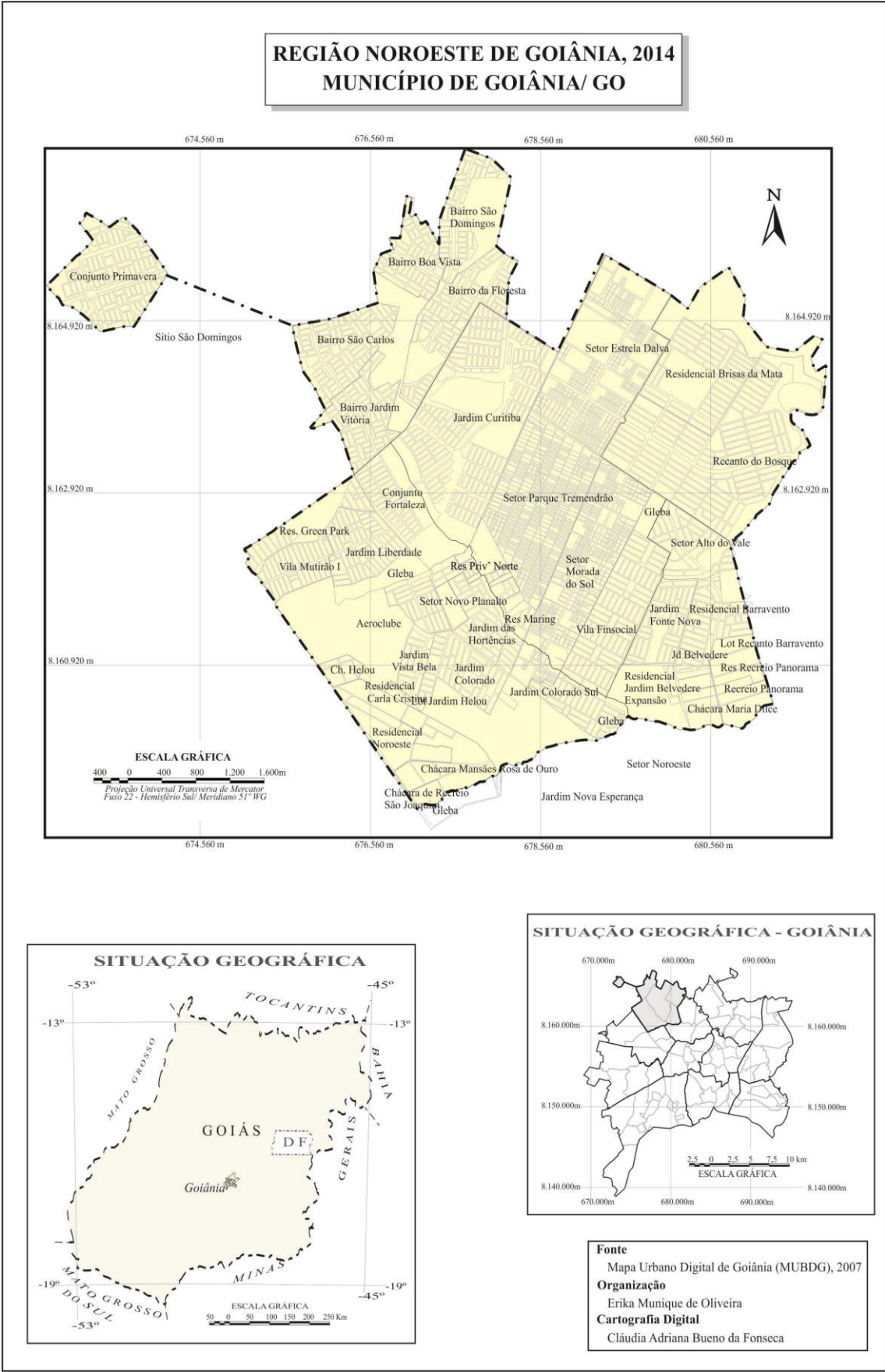
Com a conseqüente valorização e distribuição desigual do solo urbano, temos a segregação residencial em Goiânia, revelando não só as diferenças econômicas, como também as discrepâncias entre as classes sociais, refletidas na espacialização da moradia entre os grupos sociais.

2.3 A segregação residencial na região noroeste de Goiânia

Ao constataremos a forma desigual de valorização e distribuição do solo urbano em Goiânia, é possível analisar como a segregação residencial foi produzida na capital goiana. A região noroeste é um dos exemplos da segregação residencial em Goiânia. É também um marco na história da capital goiana: nos movimentos sociais produzidos na luta pela moradia e da atuação do Estado frente às mobilizações.

A urbanização da região noroeste, teve início em meados da década de 1970, com ocupações de famílias carentes que vieram para Goiânia em busca de serviços públicos, moradia e trabalho. Pessoas que já estavam na Capital e se encontravam em situação de vulnerabilidade social por conta alto custo do aluguel.

MAPA 01 Localização da Região Noroeste de Goiânia



Podemos interpretar, de acordo com Gomes (2007), que isso ocorre na década de 1970, pelo expressivo fluxo migratório para Goiânia, em consequência da modernização da agricultura presente no Estado de Goiás desde a década de 1960, bem como pela oferta de serviços, que atraíram migrantes.

No mapa 1, é possível visualizar a localização da Região Noroeste em Goiânia, bem como a distribuição dos bairros residenciais. Seu conjunto residencial soma um total de 37 bairros, com uma população de 164.283, segundo dados fornecidos pela Seplan (2012), ver na tabela 1.

A segregação residencial nesta região indica a maneira como os bairros foram construídos, com ausência do poder público no que tange a regularização fundiária e aos serviços de atendimento básicos à população.

Moysés (2004), ao realizar estudos aprofundados sobre a formação da Região Noroeste, coloca em pauta as formas de ocupação desta região. Ele utiliza o termo “invasão” para evidenciar seu processo de constituição, ressaltando o papel do Estado neste processo.

As invasões em Goiânia, enquanto alternativa utilizada pela população excluída para resolver seus problemas de moradia, agravaram-se com o processo de urbanização a partir da década de 60: “inicialmente ocorreram na parte noroeste da cidade, em áreas de propriedade da antiga Rede Ferroviária Centro-Oeste (idem, 2004, p.234-235).

É importante colocar que as ocupações das áreas que hoje estão localizados os bairros da Região Noroeste de Goiânia avançaram sobre fazendas e propriedades rurais. Isso também é evocado por Moysés (2004, p.249):

Na leitura que faço, esse processo começou com a invasão da Fazenda Caveiras, localizada na saída Noroeste da cidade de Goiânia, em três etapas. A primeira, ocorrida em julho de 1979, pode ser considerada a mais importante, pois foi a que deu origem ao bairro denominado Jardim Nova Esperança [...] Na segunda etapa, aqueles que não haviam conseguido instalar-se no Jardim Nova Esperança reorganizaram-se e invadiram outra área que recebeu o nome de Jardim Boa Sorte, também um espaço da Fazenda Caveiras [...] Em junho de 1982, ocorreu a terceira etapa da ocupação, desta vez chegando a reunir mais de quatro mil famílias. O espaço ocupado também pertencia à Fazenda Caveiras e foi denominado pelos invasores de Jardim Boa Vista.

Elemento importante no reconhecimento da existência de uma segregação residencial é a questão da regulação fundiária. Isto tem sido um problema na Região Noroeste desde sua constituição: à medida que a população ocupa ou passa a ocupar uma área irregular, o poder público alega que não pode levar infra-estrutura imprescindível à reprodução da vida, conforme Moysés e Bernardes (2005).

Neste contexto, o segregado é, ao mesmo tempo, afastado dos serviços básicos e privado dos recursos públicos. Ele vive a incerteza de possuir ou não possuir uma casa própria, devido à mesma estar sujeita uma desocupação.

Moysés (2004), não só evidencia o processo de ocupação da Região Noroeste, bem como destaca a reação do Estado diante dos movimentos dos posseiros em busca da casa própria. Era comum a repressão violenta pelas autoridades na tentativa de conter as invasões que aumentavam nesta região. Na medida em que as invasões cresciam, seguidas pela repressão, os problemas aumentavam.

Como alternativa, o poder público, em meados da 1980, promoveu a construção de casas populares, na tentativa de travar o ritmo das ocupações e, ao mesmo tempo, desenvolver uma política “assistencialista”. Um dos exemplos da ação do Estado são “[...] os conjuntos habitacionais, as vilas e os loteamentos semi-urbanizados que foram implantados pelo Estado nesse período. Esta é a fase de ocupação da região noroeste, em que o Estado assumiu o papel de protagonista principal” (MOYSÉS, 2004, p.294).

A partir do instante que o Estado atua como promotor imobiliário na Região Noroeste, ele fortalece a segregação residencial. Isso acontece não só pelo afastamento das camadas populares das áreas de serviços, como também pela distribuição desigual de recursos públicos quando comparadas a outras regiões em Goiânia.

Tabela 1 - População e Serviços Públicos por Regiões em Goiânia

Regiões	População	Segurança Pública (nº de Delegacias)	Saúde (nº de hospitais e Centro de Saúde)
Centro	221.464	9	14
Leste	172.436	7	8
Sul	221.925	7	12
Sudoeste	223.027	11	5
Oeste	152.189	4	6

Noroeste	164.283	3	4
Norte	146.677	3	6

Fonte: SEPLAM (2012). Dados organizados pelo autor.

Nota-se que na Região Noroeste, há uma quantidade inferior de unidades de saúde e segurança, quando comparado com as demais regiões de Goiânia. Com relação à saúde, elemento fundamental à vida, a região Noroeste é a quinta mais populosa em relação às regiões Oeste e Norte. Estas últimas apresentam índices menores de população, porém possuem maior índice nos serviços de saúde. Na região Noroeste, a quantidade de serviços de saúde está desproporcional para o atendimento de sua população, tendo visto sobretudo as demandas das regiões: Oeste e Norte.

Esta realidade também está associada a um processo de segregação residencial, conforme Moysés (2004, p.339).

A maioria dos territórios segregados de Goiânia acha-se concentrada na região noroeste. O desenho urbano e as condições sócio-econômicas e ambientais dessa região servem para lembrar a todos “como o Estado não deve agir”, pois nela materializaram-se ações desastrosas praticadas pelo poder público, especialmente pelo Governo estadual, mas com a conivência do governo municipal [...] tudo aconteceu ao arpejo da lei e de todos os pareceres técnicos contrários [...].

Gomes (2007), ao tratar da segregação e da participação do Estado nesse processo, destaca como exemplo em seu estudo, a Vila Mutirão, bairro da Região Noroeste da Capital, reafirmando a postura clara da segregação residencial, mediada por políticas públicas nesta Região. No próximo capítulo, abordaremos o processo de construção da Vila Mutirão e trataremos os problemas urbanos ocasionados a partir de sua produção.

3 A VILA MUTIRÃO E A SEGREGAÇÃO NO ESPAÇO URBANO DE GOIÂNIA

No presente capítulo, discutiremos a construção da Vila Mutirão no espaço urbano de Goiânia, bem como os problemas urbanos após sua produção, com ênfase na sua primeira etapa de construção. Para a construção dos argumentos a serem apresentados, realizamos pesquisa de campo com aplicação de 50 questionários e 6 entrevistas com vistas a apontar elementos que confirmem a segregação residencial produzida neste espaço. Buscamos interpretar os aspectos apontados pelos moradores do setor.

Caracterização da área de estudo

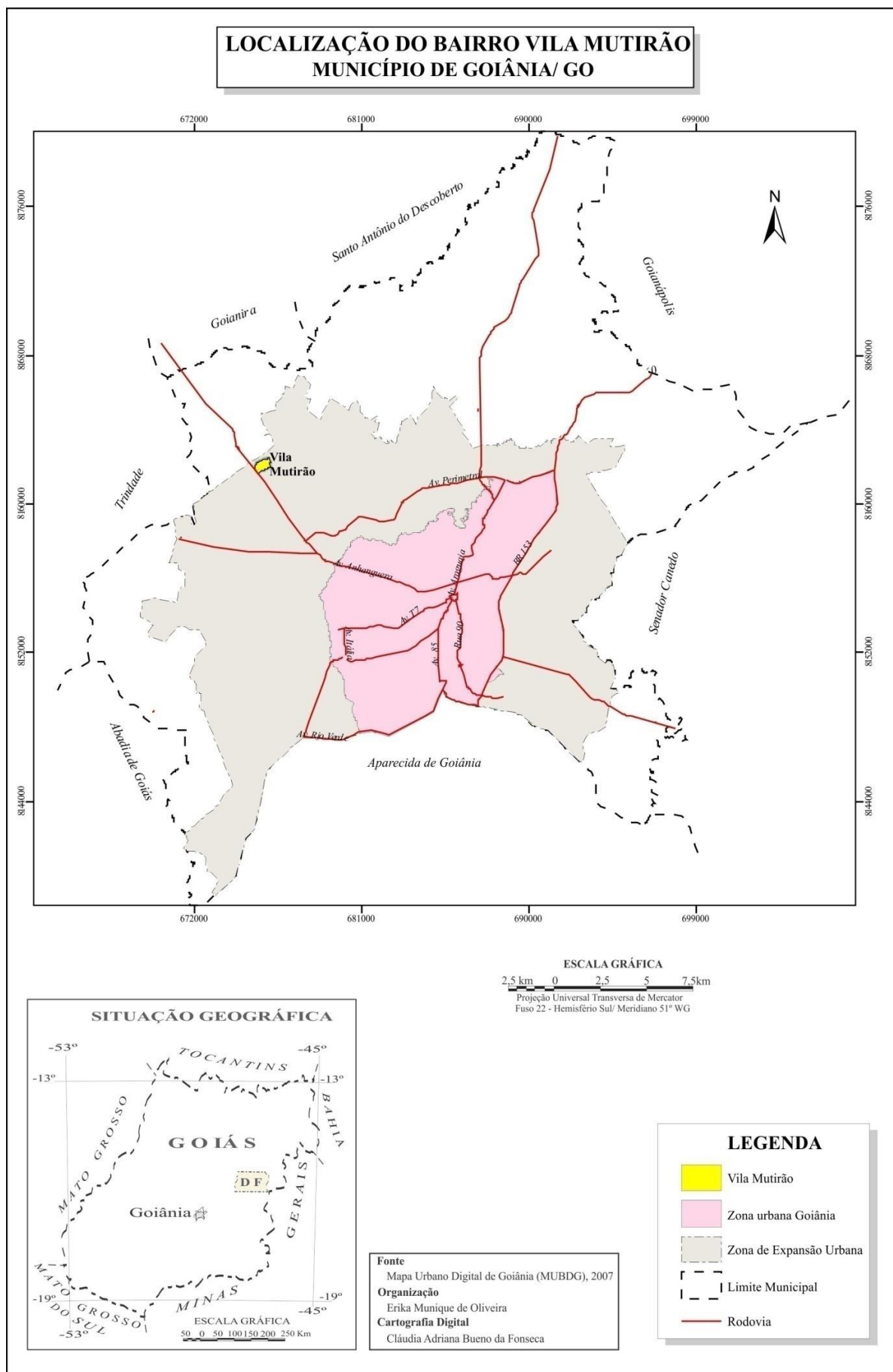
A vila mutirão é um bairro residencial localizado na região noroeste de Goiânia, cerca, de 14 km do centro da capital. Sua construção na década de 1980, indicou a emergência de uma ação política, pautada no controle dos movimentos sociais por moradia. Mesmo com o processo de construção de moradias pela via de mutirões, muitos problemas de ordem social e econômica não foram resolvidos. A maioria da população contemplada com as casas possuía renda inferior ou igual a dois salários mínimos, característica de uma população pobre e desempregada, sem condições de pagar por um transporte até o centro urbanizado conforme Maricato (1986).

A Vila Mutirão foi construída em três etapas: a primeira no dia 16 de outubro de 1983, em que o governador Iris Resende promoveu a construção de mil casas num único dia- nosso foco de estudo; a segunda construída em 1985, com mais 1.300 casas, novamente pelo mutirão, e na terceira em 1987 com mais 1.300 casas, desta vez, distribuídos lotes para as famílias construírem as casas optando ou não pelo mutirão conforme Freitas (2007).

O expressivo impacto da emergência na construção da Vila Mutirão é identificado na localização do bairro: as margens da GO- 070, rodovia de acesso a outros municípios do Estado de Goiás. Sobre a localização do bairro, ver mapa 02.

No mapa 2 é possível notar como a Vila Mutirão foi implantada, distante da zona urbana de Goiânia, conhecida pela oferta de serviços: financeiro, administrativo e industrial.

MAPA 2 Localização do Bairro Vila Mutirão Município de Goiânia-GO, 2014.



A Vila Mutirão, considerando sua posição geográfica, se vincula á área de expansão urbana de Goiânia, em aproximação com demais municípios integrados á RMG, como indicativo de uma segregação residencial planejada pelo Poder Público.

Atualmente, a Vila Mutirão apresenta outras condições socioeconômicas quando comparadas com os dados do momento de sua produção. Com os resultados da pesquisa de campo realizada neste ano, constatamos que 66% da população residente no bairro mora desde sua construção. Em relação ao tipo de moradia, 42% da população possui casa própria⁵, 32% moram em casas que foram cedidas por algum parente ou amigo e outros 28% moram de aluguel, conforme gráficos 1 e 2.

GRÁFICO 1: Tempo de Residência

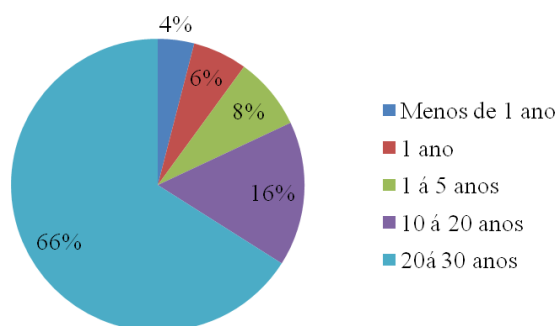
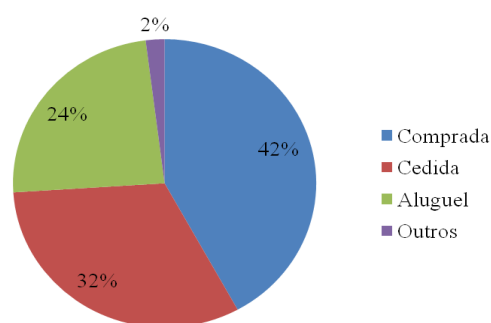


GRÁFICO 2: Situação da Moradia

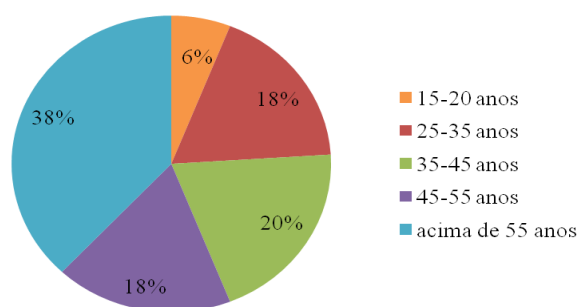


Fonte: Dados coletados pela aplicação de questionário por OLIVEIRA, E. M; ARAÚJO, C.E, 2014.

Em relação á faixa etária da população pesquisada, 76% correspondem adultos. Em sua maioria idosos acima de 55 anos, conforme gráfico 3.

GRÁFICO 3: Faixa Etária da População Pesquisada na Vila Mutirão – Goiânia- 2014

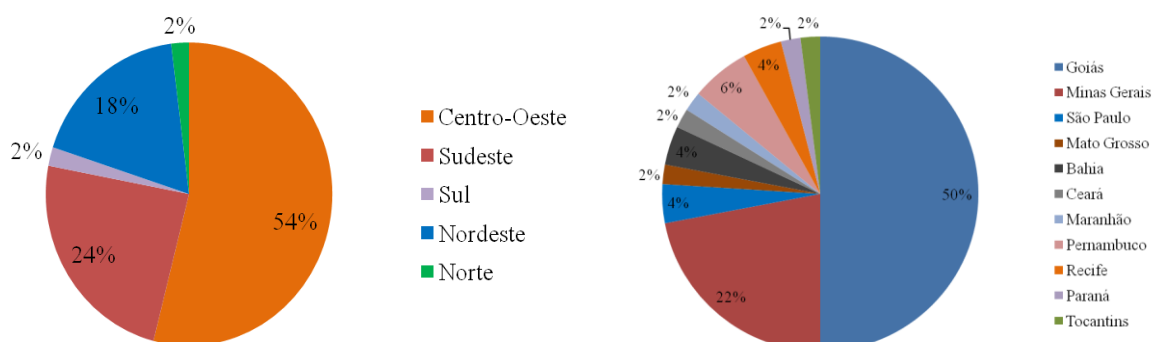
⁵ Em relação a situação da moradia, o que caracteriza como “comprada”, condiz ao argumento de moradores como a Senhora Honésia Maria relatou em entrevista, que apesar de ter sido um mutirão as pessoas, em sua maioria tiveram que pagar parte das prestações da casa para o governador Iris Resende, por isso muitos ao “ganhar” os lotes/casas disseram ao responder o questionário que compraram e não ganharam.



Fonte: Dados coletados pela aplicação de questionário por OLIVEIRA, E. M; ARAÚJO, C.E, 2014.

O gráfico 4 indica a naturalidade das pessoas pesquisadas na Vila Mutirão. Quantitativamente, a população residente nasceu no Centro-Oeste, com índice maior no Estado de Goiás. Em seguida temos o Estado de Minas Gerais, na Região Sudeste, e de Pernambuco, na Região Nordeste.

GRÁFICO 4: Naturalidade da população da Vila Mutirão – Goiânia – 2014.

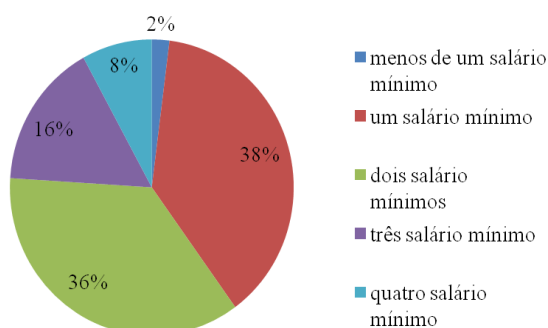


Fonte: Dados coletados pela aplicação de questionário por OLIVEIRA, E. M; ARAÚJO, C.E, 2014.

Embora boa parte da população residente na Vila Mutirão é natural do Estado de Goiás, não significa que nasceram em Goiânia. Parte dessa população é proveniente de outros municípios goianos como: Britânia; Araçú; Sanclerlândia; Edéia; Trindade; Uruana; Anicuns; Anápolis entre outros. Esse processo está ligado á expectativa por melhores condições de vida que acreditavam encontrar em Goiânia.

O perfil socioeconômico da população no bairro revelou uma variação de renda de menos de um a quatro salários mínimos, conforme Gráfico 3.

GRÁFICO 3: Renda mensal das famílias na Vila Mutirão

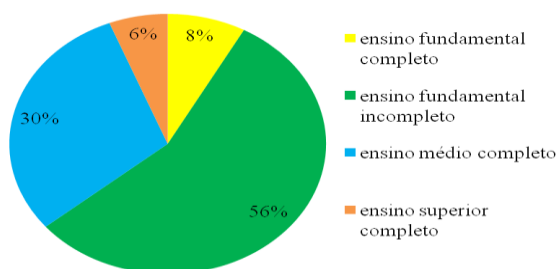


Fonte: Dados coletados pela aplicação de questionário por OLIVEIRA, E. M; ARAÚJO, C.E, 2014.

Devemos ressaltar que o perfil econômico da população hoje, considerando o intervalo de 31 anos da construção do bairro, não obteve um avanço significativo. Uma vez que seus habitantes são famílias de baixa renda.

Quanto à escolaridade, a maioria da população não concluiu o ensino fundamental. É expressivo, também, o número de moradores que possuem apenas o ensino médio, conforme gráfico 4.

GRÁFICO 4: Nível de escolaridade das famílias na Vila Mutirão



Fonte: Dados coletados pela aplicação de questionário por OLIVEIRA, E. M; ARAÚJO, C.E, 2014.

Em relação ao lazer da população, o setor possui uma praça, as margens da avenida do povo, principal via de acesso às quadras e residências, ver mosaico 1. Na avenida do Povo se concentram os comércios do setor: farmácias, supermercados, restaurantes, consultórios odontológicos entre outros. Serviços bancários: caixa eletrônico e unidades bancárias não são oferecidos no setor. A Avenida do Povo, nome da principal via do bairro, é, ainda, o ponto de referência das famílias para o acesso ao transporte público.

MOSAICO 01 Vila Mutirão – Avenida do povo e a Praça

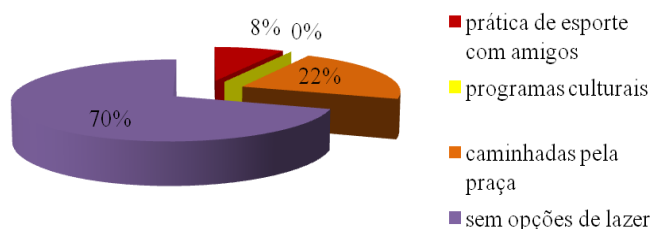


Fonte: MAGALHÃES, L; MONTEIRO, C. E, 2014.

Como podemos observar, as primeiras imagens trazem a Avenida do Povo. Já as duas últimas fotos registram aspectos da praça da Vila Mutirão, tendo em vista movimentação de pessoas neste local e ao lado da praça uma escola municipal. A Praça oferece poucas opções de lazer para os habitantes do bairro, sendo um local apenas para caminhadas e não um ponto de encontro.

O gráfico 5 apresenta as principais opções de lazer das famílias na Vila Mutirão. As informações indicam a conjuntura das políticas públicas no setor, bem como a forma de distribuição de recursos para o provimento de atividades culturais em Goiânia. Esses recursos mal aplicados denunciam a centralização de ações governamentais para o favorecimento de outras demandas na cidade.

GRÁFICO 5 Opções de lazer para as famílias na Vila Mutirão



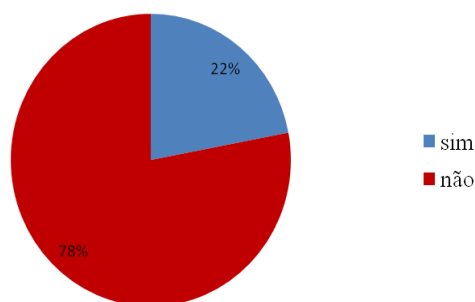
Fonte: Dados coletados pela aplicação de questionário por OLIVEIRA, E. M; ARAÚJO, C.E, 2014.

Com base nos dados acima, verifica-se um descaso com o setor no oferecimento de atividades de lazer à sua população. A praça, nesse sentido, é para minoria da população a única opção de lazer, seguida pela prática de esporte com amigos.

Elementos como estes, evidenciam o grau de segregação neste setor. Outra questão pertinente na análise da segregação residencial é a oferta de emprego para a

população no setor. O gráfico 06 apresenta os resultados relativos sobre o emprego na Vila Mutirão.

GRÁFICO 06 Oferecimento de emprego aos moradores na Vila Mutirão



Fonte: Dados coletados pela aplicação de questionário por OLIVEIRA, E. M; ARAÚJO, C.E, 2014.

Nota-se que uma parcela pequena percebe a oferta de empregos no bairro, o que compromete ainda mais a renda devido aos custos com transporte. Para entender melhor a constituição desta realidade na Vila Mutirão, discutiremos a construção do bairro e as questões que levaram a essa problemática.

3.1 A construção da Vila Mutirão e os movimentos sociais de luta pela terra urbana

A luta pelo direito de morar, está impressa nas organizações sociais no espaço urbano. Organizações coletivas que buscam, por meio de ocupações irregulares e autoconstruções, um espaço para sobreviver na cidade.

Essa realidade está grafada na história da Vila Mutirão. Apesar de ter sido um bairro residencial construído pela iniciativa do Estado de Goiás na década de 1980, o contexto de seus moradores revela suas mobilizações para a conquista da moradia. Em entrevista, a Senhora Honésia Maria (set.2014), colocou:

Na verdade todos tiveram suas casas abandonadas na invasão, tive que entrar em acordo com o Governador Iris Rezende na época para garantir a casa. Tivemos que pagar pela casa, não foi o Iris que deu. Muitas famílias tinham suas casas prontas na invasão e tiveram que abandonar para vir pra cá, sem nenhuma infra-estrutura (informação verbal).

As famílias que foram contempladas com as casas de placas de concreto, ocupavam a região denominada São José, área irregular na capital. A Vila Mutirão foi alternativa encontrada pelo Governo do Estado em 1980, para realocar as pessoas carentes que chegavam a Goiânia e se dirigiam para as invasões em busca de espaço para morar.

A adesão da população ao projeto de Iris Rezende, conforme Freitas (2007), ocorria da seguinte forma: o Governo ia para a invasão, realizava o cadastro das famílias, garantindo a casa. Quando finalizadas as casas na Vila Mutirão, as pessoas deveriam desocupar a ocupação irregular.

A Vila Mutirão foi construída em 1983, na região noroeste de Goiânia. Sobre o processo de produção do bairro, Freitas (2007, p.27), evidencia:

Para a implantação do projeto da Vila Mutirão foi escolhida a Fazenda Caveiras, com área de 32 alqueires goianos, às margens da GO-070, que liga Goiânia a Inhumas, em uma região ao noroeste da cidade, posição contrária à predominância do crescimento em direção à região sul.

Segundo Freitas (2007), no dia do mutirão:

Equipes de apoio, com serviços médicos, foram instaladas em três trailers, equipados com desfibriladores cardíacos e aparelhos para intubação. *Os voluntários chegavam de todas as maneiras: de ônibus, de caminhão, de bicicleta e a pé em horários diversificados: os primeiros grupos chegaram ao local às seis horas da manhã, As caravanas de trabalhadores provenientes das cidades do interior.* Essas comitivas representavam oitenta municípios do interior do Estado, com 3.261 voluntários, para auxiliar na construção das casas. Os lotes foram distribuídos e mapeados antecipadamente pela organização do mutirão. Logo após serem agrupados, os membros da equipe eram transportados em caminhões do Estado ou da prefeitura para o lote onde lhes caberia a responsabilidade de executar a casa. *Cada órgão público do governo estadual e municipal ficou responsável por um grupo de casas. As 24 quadras foram distribuídas entre o Departamento de Estradas e Rodagem de Goiás (Dergo), a Celg, a Comurg, a Saneamento de Goiás (Saneago), a Empresa de Transporte Urbano do Estado de Goiás S/A (Transurb, o Departamento de água e Esgoto (DAE), o Departamento de Trânsito de Goiás (Detran-GO), a Cohab, o Superintendência de Planejamento de Goiás (Suplan), [...]* e as prefeituras do interior mais próximas de Goiânia (grifos nossos. Idem, 2007, p.69-79).

A construção da Vila Mutirão esteve vinculada a interesses do Estado comprometido com o capital imobiliário em afastar os posseiros das invasões: segregar a população pobre reduzia a possibilidade dos migrantes ocuparem terras que serviriam a reprodução ampliada do capital. Em outras palavras, a tarefa de conter a população pobre que migrava para Goiânia coube ao Poder Público, que tinha duas preocupações: restringir a ocupação nas áreas centrais, bem como na região sul, que tinha seu crescimento relativamente vinculado aos setores sociais desenvolvidos.

3.2 Principais Problemas enfrentados na Vila Mutirão

A construção do bairro não representou o fim dos problemas sociais relacionados à habitação e infra-estrutura, muito pelo contrário. Assim, as lutas pelos direitos básicos foram intensificadas.

Maricato (1986)⁶, Moysés (2005) e Freitas (2007), evidenciam o descaso com a população no acesso aos equipamentos e serviços públicos: problemas como o transporte, saúde e educação estão presentes na vida dos moradores desde o início do bairro até os dias atuais.

Alguns equipamentos e serviços públicos foram implantadas pelo poder público na Vila Mutirão: escolas, pavimentação, serviços de coleta de lixo, tratamento de água. Mas, ao longo de 31 anos de sua construção, a população da Vila Mutirão ainda carece de equipamentos públicos como demonstra a tabela 2.

Tabela 2 – Problemas de infra-estrutura detectados pela população da Vila Mutirão – Goiânia – 2014.

Demandas da População	Quantidade de Pessoas que responderam
Saúde	49
Segurança	40
Transporte	16
Educação	16
Iluminação	11

⁶ Para Maricato (1986) A localização das casas na Vila Mutirão converteu-se em grande problema aos seus habitantes após a construção das casas em 1983. Isso em função da distância do núcleo das casas a 14 km do centro urbanizado bem como do alto custo do transporte público e precário neste período e pela maioria dos moradores estar desempregados sem condições de pagar pelo transporte.

Água, Esgoto	9
--------------	---

Fonte: Dados coletados pela aplicação de questionário por OLIVEIRA, E. M; ARAÚJO, C.E, 2014.

A tabela 2⁷ mostra os problemas que a população enfrenta com relação à disponibilidade de infraestrutura básica no setor: saúde, segurança, respectivamente. Fato que evidencia o descaso dos gestores públicos (1983-2014), em solucionar esses problemas no setor. Essa ação implica na desigual distribuição dos recursos básicos, para o atendimento da população nos setores residenciais em Goiânia, inclusive neste, cujas camadas sociais de baixa renda não possuem condições de pagar por serviços de saúde em unidades particulares, localizadas em outros setores de difícil acesso.

Em relação aos problemas com a saúde, a população manifesta a dificuldade que enfrentam para ter acesso a serviços básicos. Em entrevista concedida, a moradora Guilhermina argumenta (set, 2014):

Não podemos adoecer aqui na Vila, estou á quase cinco anos esperando uma cirurgia. Tenho problema na perna, preciso opera as veias [...] Aqui não tem hospital, tem um postinho de saúde, quando não falta medicamento, falta médico, nunca tem médico, quando tem não atende, a fila é enorme, o CAIS mais próximo é no Curitiba. Se o povo tive que ser atendido com urgência, morre no meio do caminho (informação verbal).

Essa expressão é condizente com os argumentos que Moysés e Bernardes (2005), desenvolvem ao denunciarem o papel do Estado no processo de gestor da segregação. Isso tem efeito na valorização desigual do espaço bem como na desigualdade social em sua apropriação. Essa ação política colabora para o entendimento da segregação residencial produzida nas camadas populares.

Torres (2003), também aponta os elementos que identificam a segregação residencial. Um dos elementos que se aproximam do problema citado por Guilhermina é a má qualidade residencial. Um bairro que não oferece estrutura básica, nesse caso está se referindo á assistência médica aos seus habitantes. Estes, para ter acesso a esse recurso

⁷ Foram aplicados um total de 50 questionários na Vila Mutirão, nesse quesito a população respondeu mais de uma alternativa, o que corresponde valores superiores em relação ao total de pessoas pesquisadas.

depende de outros setores na cidade, podemos afirmar que esse conjunto habitacional não estimula a valorização daquele espaço. Se o espaço não é valorizado, a tendência dele é ser cada vez mais segregado. Segregado em função do descaso dos órgãos públicos em reforçar ou levar infra-estrutura, e da população futuramente migrar para outros setores da cidade em busca de equipamentos básicos para sobreviver.

Em outras palavras, o descaso com a população no abastecimento de infra-estrutura na Vila Mutirão, em razão de sua dependência á outros setores em Goiânia, revela a política discriminatória do Estado. Elemento que amplia o nível de segregação nessas áreas, pela frente de setores providos de equipamentos e serviços básicos oferecidos á população no espaço urbano.

Na tabela 02 da página 47, a segurança pública é o segundo maior problema apontado pelos habitantes da Vila Mutirão. Devemos ressaltar que a questão da segurança pública é um problema “comum” nas cidades brasileiras, fomentado pela não equidade dos cidadãos no consumo global. Esse problema repercute em todos os bairros residenciais nas cidades, inclusive em Goiânia.

Na Vila Mutirão, os moradores apontam a ocorrência de tráfico de drogas, assaltos/roubo, onde o policiamento não ocorre de forma adequada como aponta a Senhora Vitória Aparecida (set.2014). “Tem dias que passa cinco viaturas, uma atrás da outra, outro dia não passa nenhuma. Ontem mesmo vi um menino apontando uma arma pra moça, depois ele roubou o celular dela aqui na porta de casa. Tenho medo de sair de casa até de dia” (informação verbal).

A rua, nesse sentido, é o local da ameaça pública e a sensação de segurança está atrelada á função dos gestores municipais no oferecimento de forças armadas para cumprimento da justiça social. Na Vila Mutirão, esse problema levou a população modificar a estrutura original das casas, tendo em vista o implemento de muros, para protegerem da violência no setor conforme mosaico2.

MOSAICO 2 Vila Mutirão em dois momentos: 1983 e 2014.



Fonte: Arquivo do jornal “goiasdenorteesul”; OLIVEIRA, Érika Munique de, 2014.

As primeiras imagens do mosaico, representam a Vila Mutirão logo após a construção do bairro. Nota-se que não tinham uma separação entre as casas, o que expressa uma homogeneização física entre elas, característica de habitações populares. Já nas duas últimas imagens percebe-se a mudança na estrutura da casa e a preocupação da população em promover a segurança das famílias.

Como vimos, o problema habitacional se converteu em outros problemas ainda maiores. Ao passo que o programa mutirão habitacional não conseguiu resolver a questão socioeconômica das pessoas que vieram para a Vila Mutirão, o que inclui: infra-estrutura básica para o abastecimento das famílias, emprego no setor, atividades de lazer etc. Essa questão nos permite analisar como os moradores vêm a Vila Mutirão, suas expectativas em relação ao bairro, se existem propostas para melhorar os problemas que enfrentam hodiernamente no setor e como podem ser resolvidos.

3.3 Perspectivas dos moradores em relação á Vila Mutirão

No decorrer desta pesquisa, foram apontados pelos moradores da Vila Mutirão, problemas com infra-estrutura: saúde, segurança, lazer e emprego. Essas questões de certo

modo qualificam a segregação residencial neste setor, pelas ações políticas tanto no processo de produção do bairro para espacializar as camadas populares, quanto na oferta de condições de sobrevivência á seus habitantes.

A Vila Mutirão no contexto de sua população, representou a conquista de moradia “gratuita”, a expectativa de um bom emprego e melhores condições de vida em Goiânia, como é possível identificar na tabela 3.

Tabela 3 – Motivo de escolha da Vila Mutirão para morar, segundo moradores do bairro – Goiânia, 2014.

Motivos	Total
Programa Mutirão	25
Menor custo de aluguel	12
Qualidade de serviços públicos	2
Outros	11

Fonte: Dados coletados pela aplicação de questionário por OLIVEIRA, E. M; ARAÚJO, C.E, 2014.

O dado acima nos permite interpretar o Estado como órgão indutor do processo de segregação residencial produzido na Vila Mutirão. Isto é: moradia gratuita, menor custo de aluguel, foram recursos básicos para a população morar na Vila Mutirão.

Atualmente, os moradores da Vila Mutirão esperam que o Estado distribua recursos na cidade, na tentativa de amenizar os problemas que ainda enfrentam com a falta de infraestrutura no local.

Em relação às expectativas sobre o setor, em entrevista, a senhora Antonieta (set.2014), mencionou o seguinte: “não sei se existe proposta de melhorá a Vila. Mas acho que deveria melhora as escolas aqui no setor, o governo tem que dá escola o dia inteiro para ocupar as crianças e os jovens, só assim evitará problemas aqui [...] os pais também tem que educa os filhos [...]” (informação verbal) relatou a moradora.

Segundo o senhor Ederson (set.2014), “o governo tem que melhora a segurança aqui [...] não existe proposta para isso não, mas o setor tem que valoriza, desde que moro

aqui, nunca mudo nada, é a mesma coisa, tenho duas casa aqui, to aqui arrumando essa pra tenta aluga, não consigo aluga por causa da violência aqui” (informação verbal). Ver foto 3.

Para senhora Simone (set. 2014), “não existe proposta aqui não, não tem nada nesse setor, não tem lazer, nem hospital, os políticos só vem aqui pra quere voto, só fala em melhora mas nunca melhora a situação aqui, não tem nada aqui [...]” (informação verbal).

Diante dos argumentos apresentados pelos moradores, verifica-se um descontentamento em relação à Vila Mutirão. Para a maioria dos moradores não existem propostas para melhorar a vida no setor. Outra questão colocada é a valorização das casas, que também tem sido um problema, devido a precariedade de suas estruturas, como pode ser visualizada na foto 3; além da violência no setor, como apontou o senhor Ederson.

FOTO 3 Casas em reforma na Vila Mutirão do Senhor Ederson



Fonte: OLIVEIRA, É. M, 2014.

Diante do que foi colocado, interpretamos que a segregação residencial repercute da seguinte forma: pobreza, preconceito e do papel do Estado na produção de desigualdades. Todos esses fatores são característicos de uma cidade capitalista. O que evidentemente afeta a vida dos moradores na Vila Mutirão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Vila Mutirão representa um marco na segregação urbana materializada na década de 1980, tendo como ponto central o perfil socioeconômico da população. Isto é claro, quando verificamos que a ação segregadora é pautada na renda, que, por sua vez, determina o lugar de cada um no interior de uma sociedade de classes.

As questões da infraestrutura precária, da saúde, segurança, lazer e educação, decorrem da espacialização segregadora de uma sociedade de classes que valoriza o solo urbano de maneira desigual.

Os elementos apontados, denunciam a “exclusão” desse setor nas ações políticas e privadas no oferecimento de infra-estrutura e serviços, quando comparamos setores, localizados em outras regiões da cidade.

Desse modo, os argumentos de Gomes (2007), se mostram coerentes: a produção do espaço, implica na forma como ele é produzido, e para quem é produzido, incluindo os programas habitacionais promovidos pelo Estado (instrumentos de segregação e não de inclusão).

REFERÊNCIAS

Bibliográficas

BERNARDES, Genilda D'arc; JÚNIOR, Ademar Azevedo Soares. Condomínios horizontais fechados: reflexão sobre a configuração do espaço intrametropolitano de Goiânia. **Revista Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 2, Jul./Dez. 2007, p. 209-225. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?72197243,d.cWc>> acesso em: Jul.2014.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: USP, 1994.

CAVALCANTI, Lana de Souza (Org). **Geografia da cidade**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

CLARK, David. **Introdução á Geografia Urbana**. 2. ed. Rio Janeiro: Betrand Brasil S.A, 1992.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LUCO, Camilo Arriagada; VIGNOLI, Jorge Rodríguez. Segregación residencial en áreas metropolitanas de América Latina: magnitud, características, evolución e implicaciones de política. **naciones unidas**. Disponível em: <<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/7/13877/lcl1997-P01.pdf>>. Acesso: Jun.2014.

MARX, Karl. **O Capital**. 10 eds. DIFEL Difusão Editorial S.A., 1974.

MOYSÉS, Aristides (coord). **Cidade, Segregação Urbana e Planejamento**. Goiânia: UCG, 2005.

MOYSÉS, Aristides. **Goiânia: metrópole não planejada**. Goiânia: UCG, 2004.

MONDARDO, Marcos Leandro. Meandros na Produção do Espaço Urbano: Mobilidade, Acessibilidade e Exclusão Social. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 29, n.1. Goiânia:UFG. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/viewFile/5765/5026>>. Acesso em: Jun. 2014.

OLIVEIRA, Adão Francisco. A Reprodução do Espaço Urbano de Goiânia: uma cidade para o capital. **Observatório das metrópoles**. Disponível em: <www.ippur.ufjf.br/observatorio>. Acesso em: Jun. 2014.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Segregação residencial e políticas públicas: análise do espaço social da cidade na gestão do território. **Observatório das Metrópoles**. Rio de Janeiro: Ufrj. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/download/Segregacao_residencial_e_politicas_publicas.pdf. Acesso: Jun. 2014.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. Ed. São Paulo: USP, 2006.

SILVA, Genilder Gonçalves da; MELLO, Marcelo de. A Revolução de 1930 e o Discurso da Ruptura: Goiânia e a Marcha para o Oeste. **Revista Cordis**, n. 11, p. 57-89. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/19799>. Acesso: Jun.2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

TORRES, Haroldo da Gama. Segregação Residencial e Políticas Públicas: São Paulo na Década de 1990. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 19, nº. 54. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n54/a03v1954.pdf>. Acesso: Jun 2014.

www.seplam.go.gov.br<<http://www.goiania.go.gov.br/shtml/seplam/anuario2012/anuario.htm>
l> Acesso em 10. Jun.2014.

Fontes

Entrevista concedida por JESUS, Antonieta Silva de. *Moradora da Vila Mutirão*. [Set. 2014].

Entrevistadora: Érika Munique de Oliveira. Goiânia, 2014.

Entrevista concedida por SILVA, Ederson Moraes da. *Morador da Vila Mutirão*. [Set. 2014].

Entrevistadora: Érika Munique de Oliveira. Goiânia, 2014.

Entrevista concedida por OLIVEIRA, Honésia Maria de. *Moradora da Vila Mutirão*. [Set. 2014].

Entrevistadora: Érika Munique de Oliveira. Goiânia, 2014.

Entrevista concedida por MARTINS, Guilhermina Ribeiro. *Moradora da Vila Mutirão*. [Set. 2014].

Entrevistadora: Érika Munique de Oliveira. Goiânia, 2014.

Entrevista concedida por REIS, Vitória Aparecida dos. *Moradora da Vila Mutirão*. [Set. 2014].

Entrevistadora: Érika Munique de Oliveira. Goiânia, 2014.

Entrevista concedida por SILVA, Simone Pereira da. *Moradora da Vila Mutirão*. [Set. 2014].

Entrevistadora: Érika Munique de Oliveira. Goiânia, 2014.

APÊNDICES

ANEXOS: FOTOS DA PESQUISA DE CAMPO



Foto 1: Fotografia tirada com a Senhora Vitória Aparecida e sua irmã na pesquisa de campo
Fonte: responsável pela foto: MONTEIRO, C. E, 2014.



Foto 2: fotografia tirada com a senhora Honésia Maria na pesquisa de campo
Fonte: responsável pela foto: MONTEIRO, C. E, 2014.



Foto 3: Residência da Senhora Antonieta, moradora da Vila Mutirão
Fonte: responsável pela foto: OLIVEIRA, E.M, 2014.



Foto 4: Residência da senhora Guilhermina, moradora da Vila Mutirão
Fonte: responsável pela foto: OLIVEIRA, E. M, 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
UNIDADE UNIVERSITÁRIA CORA CORALINA

Pesquisa: Vila Mutirão: Entre os Discursos de Inclusão e as Práticas Segregadoras no Espaço Urbano de Goiânia-GO

IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Sexo: Masculino () Feminino ()

Idade: () entre 15 e 20 anos () entre 35 e 45 anos

() entre 25 e 35 anos () entre 45 e 55 anos () acima de 55 anos

QUESTIONÁRIO

1. Nacionalidade _____ Naturalidade _____

2. Se for de outro Estado com quais expectativas vieram morar em Goiânia?

() melhores condições de serviços como saúde, educação e lazer

() melhores oportunidade de emprego

() melhores salários

3. Quais motivos vieram morar no setor?

() moradia gratuita devido programa do mutirão habitacional

() menor custo de aluguel

() pela qualidade dos serviços públicos oferecidos para o bairro como transportes, saúde etc...

() outros _____

4. Há quantos anos reside no setor?

() menos de 1 ano

() 1 ano

() 1 á 5 anos

() 10 á 20 anos

() 20 á 30 anos

5. Situação da moradia

- ☐ Comprada
☐ Cedida
☐ Aluguel
☐ outros _____

6. Quantas pessoas moram na residência?

- ☐ duas pessoas ☐ quatro pessoas
☐ três pessoas ☐ cinco pessoas ☐ mais de cinco pessoas

7. Quantas pessoas contribuem com a renda no domicílio?

- ☐ 1 pessoa ☐ 3 pessoas
☐ 2 pessoas ☐ 4 pessoas ☐ nenhuma

8. Renda mensal da família

- ☐ menos de um salário mínimo ☐ três salário mínimo
☐ um salário mínimo ☐ quatro salário mínimo
☐ dois salário mínimo ☐ mais de quatro salário mínimo

9. Nível de escolaridade

- ☐ ensino fundamental completo ☐ ensino superior completo
☐ ensino fundamental incompleto ☐ ensino superior incompleto
☐ ensino médio completo
☐ ensino médio incompleto

10. Quais opções de lazer da família no setor?

- ☐ prática de esportes com amigos
☐ programas culturais
☐ caminhadas pela praça/ passeios às ruas da cidade
☐ sem opções de lazer

11. Tem contato com vizinhos?

- ☐ sim ☐ não

12. Serviços públicos oferecidos no Bairro

Hospitais ☐ sim ☐ nãoBancos ☐ sim ☐ nãoFarmácias ☐ sim ☐ nãoSupermercados ☐ sim ☐ nãoColeta de Lixo ☐ sim ☐ nãoTratamento de água ☐ sim ☐ nãoTratamento de esgoto ☐ sim ☐ não

13. Em relação aos serviços de infra-estrutura no setor, quais, a população mais carecem?

☐ Iluminação ☐ transporte☐ educação ☐ saneamento básico (esgoto/água tratada, coleta de lixo,☐ saúde ☐ segurança pública

14. O setor oferece condições de trabalho aos moradores?

☐ sim ☐ não

15. Como você avalia a questão da segurança no setor?

☐ boa ☐ regular ☐ péssima ☐ não existe

16. O que precisa ser melhorado no setor? Por quê?

17. Existem propostas de melhorias para o setor?

☐ sim ☐ não ☐ não tenho informações

Quais?_____
